

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

1º Trimestre de 2024

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Administração Direta
Março 2024

MINISTRO DO TRABALHO
LUIZ MARINHO

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
FRANCISCO MACENA DA SILVA

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
ROGERIO XAVIER ROCHA

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS SUBSTITUTA
PATRICIA DE MELO COSTA

Elaboração
Tatiane Aguiar de Oliveira

Equipe Setorial Contábil
Crislaine dos Santos Diniz
Débora Ribeiro Martins
Diego Miranda Machado Maia
Francisco Wanderley Menezes da Silva
Nina Lubiane Gomes de Souza
Raimundo Geraldo Ribeiro
Tatiane Aguiar de Oliveira
Thaise Munique Fonseca Mariz de Medeiros

Informações:
Telefone: 2031-4005
Correio eletrônico: ccont@trabalho.gov.br

Sumário

I – CONTEXTO OPERACIONAL.....	
II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	
BALANÇO PATRIMONIAL.....	
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	
BALANÇO FINANCEIRO.....	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	
III – NOTAS EXPLICATIVAS.....	
BALANÇO PATRIMONIAL.....	
1 - Caixa Equivalentes de Caixa.....	
2 - Créditos de Curto e Longo Prazo.....	
2.1 - Demais Créditos e Valores.....	
3 - Imobilizado.....	
3.1 Bens Móveis.....	
3.2 Bens Imóveis.....	
4 – Intangível.....	
5 – Contas de Controle.....	
5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres.....	
5.2 Contratos em Execução.....	
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	
6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA.....	
6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.....	
6.3 Desempenho Financeiro.....	
6.4 Desempenho Não Financeiro.....	
6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada.....	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	
7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	
7.2 Restos a Pagar.....	
7.3 Execução Orçamentária.....	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	
8 - Geração Líquida de Caixa.....	
8.1. Atividades Operacionais.....	
8. 2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa.....	
BALANÇO FINANCEIRO.....	
9 – Resultado Financeiro.....	

9.1	Receitas e Despesas Orçamentárias.....
9.2	Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas.....
9.3	Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários.....
10	- RISCOS FINANCEITOS DO MTE.....
11	– DECLARAÇÃO DO CONTADOR

LISTA DE SIGLAS e ABREVIATURAS

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
BCB - Banco Central do Brasil
CEF – Caixa Econômica Federal
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGFIN – Coordenação-Geral de Recursos Financeiros
CTU - Conta Única do Tesouro Nacional
DCON – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LOA – Lei orçamentária anual
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ME – Ministério da Economia
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTP – Ministério do Trabalho e Previdência
NBC ASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS – Orçamento Fiscal e Seguridade Social
PCASP – Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RP – Restos a Pagar
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SRFB – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
UG – Unidade Gestora
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

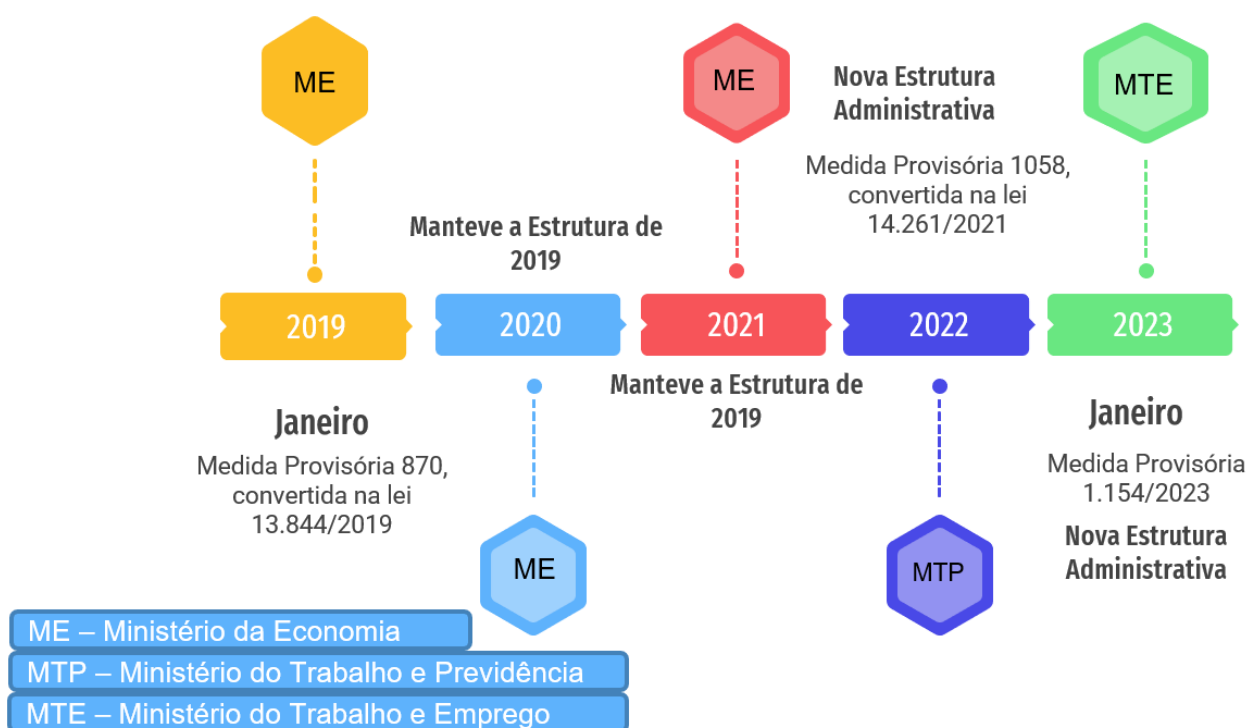
I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0001-22, localizado no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco F, CEP 70.059-900 é órgão da Administração Pública Direta do Governo Federal.

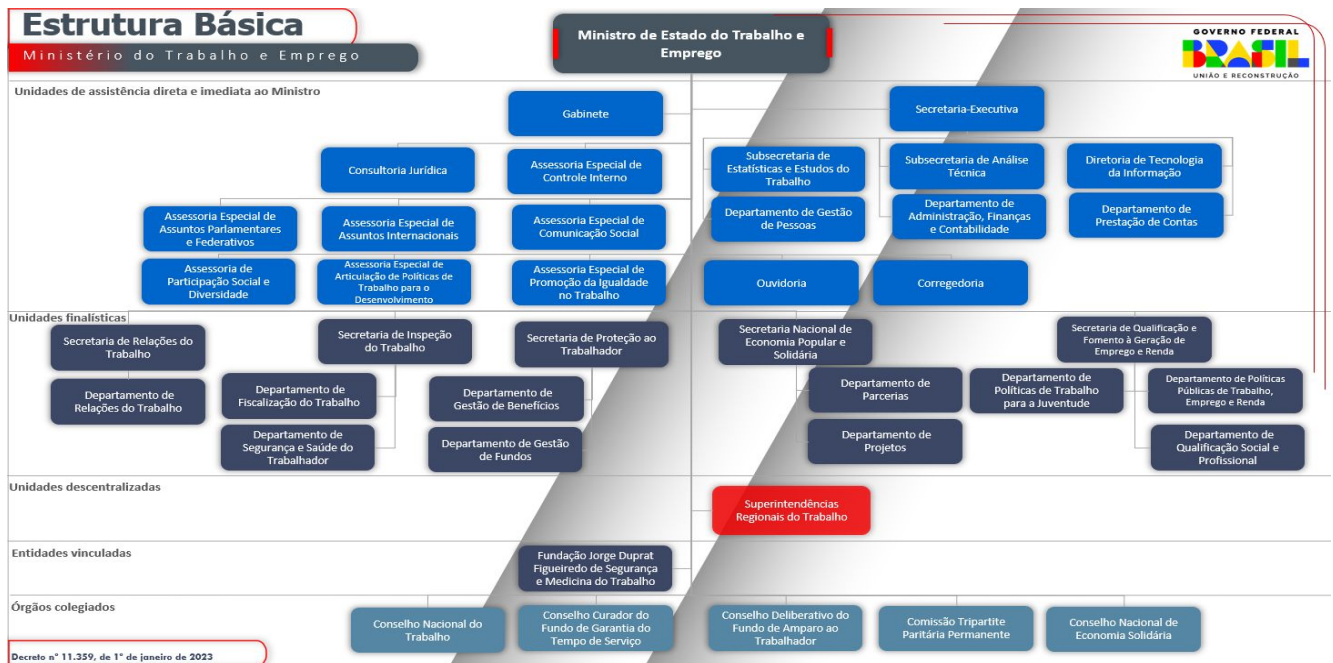
Em janeiro de 2019 o MTE foi incorporado ao Ministério da Economia, a Medida Provisória nº 870 convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que trata da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho e Emprego no Ministério da Economia.

Outra Reforma da Organização Administrativa do Governo Federal ocorreu em 27 de julho de 2021. Por meio da Medida Provisória nº 1.058, convertida na lei nº 14.261 de 16 de dezembro de 2021, desmembrou do Ministério da Economia as pastas do Trabalho e da Previdência, criando o Ministério do Trabalho e Previdência.

A Medida Provisória nº 1.154, de janeiro de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e seus Ministérios. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi recriado, ocorrendo assim a cisão das pastas Trabalho e Previdência.



A figura abaixo traz a Estrutura Básica do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, na forma definida pela Medida Provisória 1.154/2023 e regulamentada pelo Decreto nº 11.359/2023.

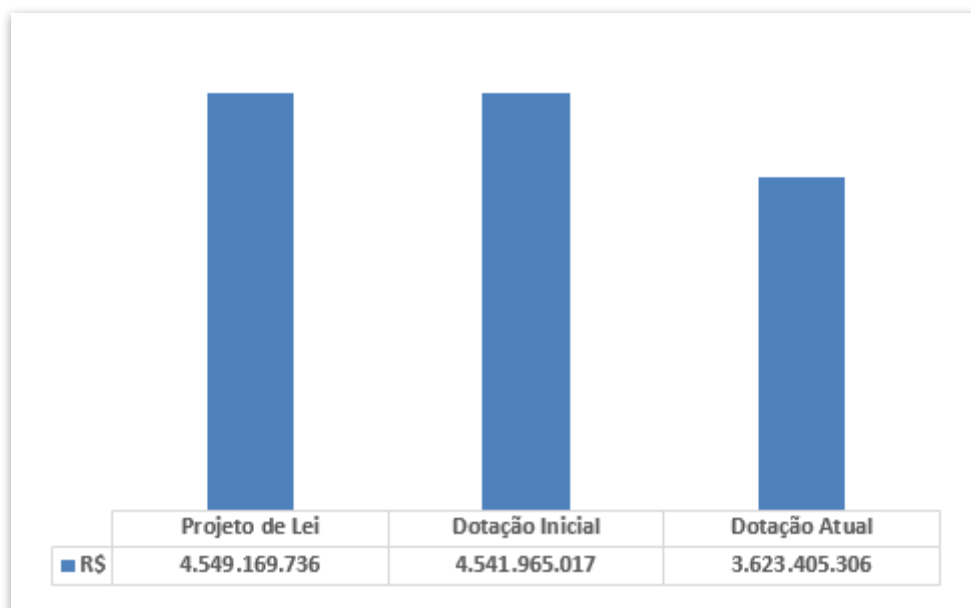


A Medida Provisória nº 1.154/2023 definiu, ainda, como área de competência do MTE:

- I - Política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador;
- II - Política e diretrizes para a modernização do sistema de relações de trabalho e do sistema sindical;
- III - fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas;
- IV - Política salarial;
- V - Intermediação de mão de obra e formação e desenvolvimento profissionais;
- VI - Segurança e saúde no trabalho;
- VII - economia solidária, cooperativismo e associativismo urbanos;
- VIII - regulação profissional;
- IX - Registro sindical;
- X - Produção de estatísticas, estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho para subsidiar políticas públicas;
- XI - políticas de aprendizagem e de inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes;
- XII - políticas de enfrentamento às desigualdades no mundo do trabalho;
- XIII - políticas voltadas para a relação entre novas tecnologias, inovação e mudanças no mundo do trabalho, em articulação com os demais órgãos competentes; e
- XIV - políticas para enfrentar a informalidade, a rotatividade e a precariedade no mundo do trabalho.

A lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, aprovou o orçamento para o exercício financeiro de 2023, teve sua base estrutura na organização administrativa vigente em 2022. Neste contexto, ao ser aprovada a LOA trouxe na mesma Unidade Orçamentária despesas vinculadas ao MTE e ao MPS.

O gráfico abaixo demonstra os valores do PLOA, Dotação Inicial e Dotação Atual.

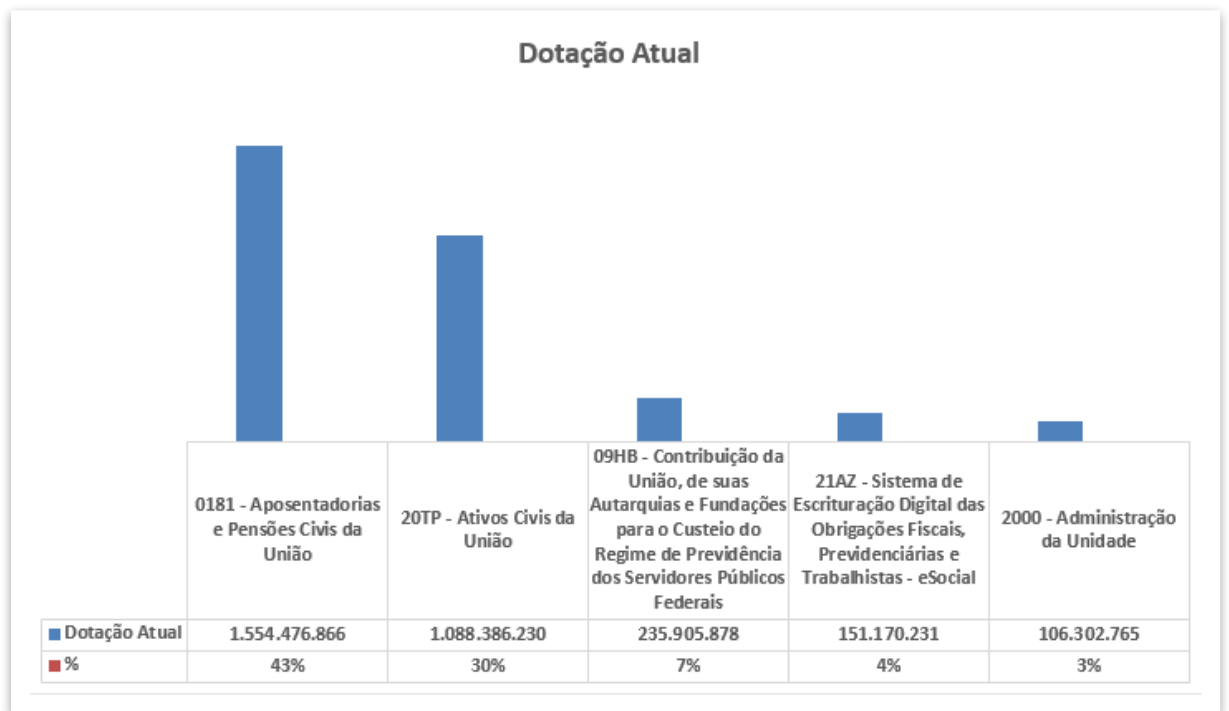


Fonte: SIOP
 Valores em R\$

Ainda no aspecto orçamentário, destacamos abaixo as cinco maiores ações orçamentárias que representam quase 87% do total do orçamento do MTE – Administração Direta, vinculada a unidade orçamentária 40101, para o Exercício Financeiro de 2024:

- 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.
- 20TP - Ativos Civis da União: Ação voltada para Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
- 21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social.
- 2000 - Administração da Unidade

O quadro abaixo apresenta os valores da **dotação atual** das cinco maiores ações orçamentária:



Fonte: SIOP
 Valores em R\$

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério do Trabalho e Previdência relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/>.

II – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Ativo</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	129.823.424	155.528.756
Créditos a Curto Prazo	396.030.579	383.980.881
Demais Créditos e Valores	396.189.107	384.139.409
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	- 158.528	- 158.528
Estoques	2.398.852	2.432.344
	528.252.855	541.941.981
Não Circulante		
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.293.734	39.146
Créditos a Longo Prazo	1.293.734	39.146
Demais Créditos e Valores	178.582.946	177.328.357
(-) Ajustes para Perdas	- 177.289.212	- 177.289.212
Imobilizado	456.170.829	450.595.356
Intangível	104.274.840	102.841.339
	561.739.403	553.475.840
Total do Ativo	1.089.992.258	1.095.417.822
<i>Passivo</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	79.934.719	88.948.780
Fornecedores e Contas a Pagar	43.068.357	4.480.443
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	7.962	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	325.841	862.245
Provisões	-	-
Demais Obrigações	37.751.108	35.391.390
	161.087.987	129.682.859
Não Circulante		
Provisões a Longo Prazo	-	-
	-	-
Patrimônio Líquido		
Demais Reservas	6.660.434	6.660.434
Resultado do Exercício	- 32.685.569	367.185.169
Resultados de Exercícios Anteriores	959.074.529	588.874.388
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 4.145.123	3.014.972
	928.904.271	965.734.963
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.089.992.258	1.095.417.822

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

<i>Saldo Patrimonial</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Ativo		
Financeiro	129.823.424	155.528.756
Permanente	960.168.834	939.889.065
	1.089.992.258	1.095.417.822
Passivo		
Financeiro	1.030.955.362	670.502.051
Permanente	26.371.499	7.126.099
	1.057.326.860	677.628.150
Saldo Patrimonial	32.665.398	417.789.672

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

<i>Ativo</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.079.051	5.041.867
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	460.000	460.000
Total	5.539.051	5.501.867
Passivo		
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	526.301.151	539.224.299
Obrigações Contratuais	1.226.139.280	1.281.157.947
Total	1.752.440.431	1.820.382.246

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

<i>Destinação de Recursos</i>		<i>31/03/2024</i>
Recursos Ordinários	-	303.214.422
Recursos Vinculados	-	597.917.516
1. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	-	271.755.647
2. Recursos Vinculados à Previdência Social (RPPS)		-
3. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	-	33.388.128
4. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-
5. Outros Recursos Vinculados		-
6. Outros Recursos Vinculados	-	292.773.740
Total	-	901.131.937

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

<i>Varição Patrimonial</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
Aumentativa		
Contribuições	3.795	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	20.857.775	42.711
Transferências e Delegações Recebidas	25.898.056.395	117.424.286.671
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.724.319	12.260.212
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	157.377.947	41.463.409
	26.078.020.230	117.478.053.004
Diminutiva		
Pessoal e Encargos	322.412.032	597.290.581
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.955.714	7.647.856
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	229.434.115	241.268.880
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.887	-
Transferências e Delegações Concedidas	25.556.591.175	116.537.319.261
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	198.389	10.478.672
Tributárias	80.507	59.747
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.980	10.379
	26.110.705.800	117.394.075.377
Resultado Patrimonial do Período	- 32.685.569	83.977.626

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

<i>Receitas Orçamentárias</i>	<i>Previsão Inicial</i>	<i>Previsão Atualizada</i>	<i>Receitas Realizadas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente				
Receitas de Contribuições	36.696.219	36.696.219	2.657 -	36.693.563
Receita Patrimonial	-	-	22.515	22.515
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	684.474.772	684.474.772	171.449.976 -	513.024.796
	721.170.991	721.170.991	171.475.147 -	549.695.844
Capital				
Alienação de Bens	-	-	-	-
	-	-	-	-
Subtotal de Receitas	721.170.991	721.170.991	171.475.147 -	549.695.844
Déficit	-	-	753.983.159	753.983.159
Total	721.170.991	721.170.991	925.458.306	204.287.315
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	41.218.649 -	41.218.649
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	41.218.649 -	-

<i>Despesas Orçamentárias</i>	<i>Dotação Inicial</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Despesas Empenhadas</i>	<i>Despesas Liquidadas</i>	<i>Despesas Pagas</i>	<i>Saldo</i>
Corrente						
Pessoal e Encargos Sociais	3.009.887.498	3.009.887.498	629.684.319	301.137.776	221.307.348	2.380.203.179
Outras Despesas Correntes	1.507.286.186	1.466.067.537	295.737.887	190.988.764	182.022.295	1.170.329.650
	4.517.173.684	4.475.955.035	925.422.206	492.126.541	403.329.643	3.550.532.829
Capital						
Investimentos	22.829.727	22.829.727	36.100	-	-	22.793.627
	22.829.727	22.829.727	36.100	-	-	22.793.627
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.961.606	1.961.606	-	-	-	1.961.606
Subtotal das Despesas	4.541.965.017	4.500.746.368	925.458.306	492.126.541	403.329.643	3.575.288.062
Total	4.541.965.017	4.500.746.368	925.458.306	492.126.541	403.329.643	3.575.288.062

RESTOS A PAGAR

<i>RP Não Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex.</i>		<i>Inscritos em 31 de Dezembro</i>			<i>Saldo</i>
		<i>Anteriores</i>	<i>do Ex. Anterior</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos	1.192.919	2.236.132	1.091.500	1.091.500	2.337.551	-
	Outras Despesas Correntes	365.477.847	145.479.598	63.380.683	29.108.489	5.873.823	475.975.133
Despesa de Capital	Subtotal	366.670.766	147.715.731	64.472.184	30.199.990	8.211.374	475.975.133
	Investimentos	12.484.946	22.992.031	8.106.102	3.741.269	12.971	31.722.737
Total	Subtotal	12.484.946	22.992.031	8.106.102	3.741.269	12.971	31.722.737
		379.155.712	170.707.762	72.578.285	33.941.259	8.224.345	507.697.870

<i>RP Processado</i>	<i>Tipo</i>	<i>Inscritos Ex.</i>		<i>Inscritos em 31 de Dezembro</i>			<i>Saldo</i>
		<i>Anteriores</i>	<i>do Ex. Anterior</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>		
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	97.682	108.554.927	108.325.084	629	326.896	
	Outras Despesas Correntes	-	5.753.165	5.739.104	8.533	5.527	
Total		97.682	114.308.092	114.064.189	9.162	332.423	

BALANÇO FINANCEIRO

<i>Ingressos</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias	-	-
Vinculadas	168.405.980	43.379
(-) Deduções da Receita Orçamentária	3.069.167	1.448
	171.475.147	41.931
Transferências Financeiras Recebidas		
Resultantes da Execução Orçamentária	25.545.588.664	83.060.727.841
Independentes da Execução Orçamentária	344.157.902	34.360.489.525
	25.889.746.566	117.421.217.367
Recebimentos Extraorçamentários		
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	88.796.898	122.328.783
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	433.331.765	781.220.927
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.864.659	4.487.042
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.967.790	9.979.815
	530.961.112	918.016.567
Saldo do Exercício Anterior		
Caixa e Equivalentes de Caixa	155.528.756	165.007.161
	155.528.756	165.007.161
Total	26.747.711.581	118.504.283.026
<i>Dispêndios</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	354.898.611	1.196.503.200
Vinculadas	570.559.695	346.476.163
	925.458.306	1.542.979.363
Transferências Financeiras Concedidas		
Resultantes da Execução Orçamentária	25.062.631.621	82.241.601.602
Independentes da Execução Orçamentária	477.333.944	34.292.771.829
	25.539.965.565	116.534.373.431
Pagamentos Extraorçamentários		
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	114.078.639	163.068.054
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	33.941.259	74.167.121
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.293.505	3.892.894
Outros Pagamentos Extraorçamentários	150.885	79.684
	152.464.287	241.207.753
Saldo do Exercício Seguinte		
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
	-	-
Total	26.617.888.157	118.318.560.548

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

<i>Fluxos de Caixa</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
Das Atividades Operacionais		
Ingressos		
Receita de Contribuições	2.657	-
Remuneração das Disponibilidades	22.515	41.931
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	25.898.093.100	117.435.210.529
	25.898.118.271	117.435.252.460
Desembolsos		
Trabalho	- 311.884.563 -	537.468.403
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	485.915	473.694
Demais Despesas	- 175.809.855 -	247.079.719
Transferências Concedidas	- 61.737.482 -	88.819.172
Outros Desembolsos Operacionais	- 25.544.409.954 -	116.538.346.009
	- 26.093.355.939 -	117.411.239.607
Das Atividades de Investimento		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
Ingressos	-	-
Desembolsos		
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 1.805.244 -	2.122.730
Outros Desembolsos de Investimentos	- 112.396 -	1.174.806
	- 1.917.640 -	3.297.536
	- 197.155.308	20.715.317
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	- 197.155.308	20.715.317
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	155.528.756	165.007.161
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	129.823.424	185.722.478

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

<i>Quadro de Transferências</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
Recebidas	Sub-Repasse Recebido	677.708.342	741.883.873
	Cota Recebida	24.848.868.646	82.274.793.555
	Demais Transf. e Delegações Recebidas	33.850.123,56	44.308.606,26
	Transferências Recebidas para Pgto. de RP	329.319.455	34.360.231.333
	Subtotal	25.889.746.566	117.421.217.367
Concedidas	Sub-Repasse Concedido	677.708.342	742.098.873
	Movimentações de Saldos Patrimoniais	173.893.227	9.518.607
	Transferências Concedidas para Pgto. de RP	303.145.177	34.278.276.307
	Repasse Concedido	24.384.923.278	81.498.302.729
	Demais Transf. e Delegações Concedidas	295.540,25	6.176.915,47
	Subtotal	25.539.965.565	116.534.373.431
Total		349.781.001	886.843.935

QUADRO DE DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO

<i>Pessoal e Demais Despesas</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Administração	- 6.818.219 -	55.422.632	-88%	1%
Assistência Social	- -	9	100%	0%
Previdência Social	- 498.609 -	16.855.372	-97%	0%
Trabalho	- 311.884.563 -	537.468.403	-42%	64%
Indústria	- -	-	0%	0%
Encargos Especiais	- 168.493.027 -	174.801.707	-4%	35%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	485.915	473.694	3%	0%
Total	- 487.208.503 -	784.074.427	-38%	100%

Fonte: Siafi

III – NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis – Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VII. Notas Explicativas.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério do Trabalho e Previdência, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

2.1 Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade registradas na Conta Única do Tesouro Nacional.

2.3 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados com danos ao patrimônio público, créditos por irregularidade de comprovação e demais créditos administrativos. Os ajustes para perdas são reconhecidos em até doze meses da data das demonstrações contábeis. Os valores são mensurados com base no valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros registrados até a data do fechamento das demonstrações contábeis em contas de resultado.

2.4 Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.5 Ativo realizável a longo prazo

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.7 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

2.8 Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.9 Reavaliação, atualização, depreciação de bens imóveis

Os procedimentos para registro da atualização, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 e no Manual de Avaliação de Imóveis do Patrimônio da União.

2.9.1 Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

2.9.2 Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

2.9.3 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.9.3.1 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.10 Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos apresentam a seguinte divisão:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores e contas a pagar;
- III. Provisões; e
- IV. Demais obrigações.

2.10.1 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

2.11 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- a) Patrimonial;
- b) Orçamentário; e
- c) Financeiro.

2.11.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.11.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.11.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL

1 - Caixa Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato, estando segmentado em “Caixa” e em “Bancos”.

<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Caixa	128.972.666	154.700.668	-17%	99%
Bancos	850.758	828.088	3%	1%
Total	129.823.424	155.528.756	-17%	100%

Fonte: Siafi

O caixa é composto pelos recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (Limite de Saque) para pagamento de despesas correntes e de capital.

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Caixa</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Limite de Saque	128.972.666	154.700.668	-17%	100%
Total	128.972.666	154.700.668	-17%	100%

Fonte: Siafi

Os bancos são compostos pelos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) depositados no Banco Central do Brasil (BCB).

<i>Bancos</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Tesouro Nacional	850.758	828.088	3%	100%
Total	850.758	828.088	3%	100%

Fonte: Siafi

2 - Créditos de Curto e Longo Prazo

2.1 - Demais Créditos e Valores

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos outros grupos de contas classificados nos créditos a receber realizáveis no curto e longo prazo).

<i>Demais Créditos e Valores</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Créditos por Dano ao Patrimônio	178.739.303	177.486.885	1%	44,99%
Recursos da União	147.186.822	147.171.096	0%	37,04%
Outros Créditos e Valores	248.845.927	236.809.785	5%	62,63%
Subtotal	574.772.053	561.467.766	2%	144,66%
(-) Ajuste para Perdas	- 177.447.739	- 177.447.739	0%	-44,66%
Total	397.324.313	384.020.027	3%	100,00%

Fonte: Siafi

2.1.1 Créditos por Dano ao Patrimônio

Créditos por Dano ao Patrimônio são valores referentes à TCE instauradas pelo MTP, contra responsáveis pela gestão dos recursos públicos que foram encaminhadas ao TCU e que são passíveis de pagamento ou não, a depender do julgamento das contas. O montante a ser registrado em Contas a Receber é mensurado por seu valor atualizado de realização, através do Sistema de Atualização de Débito disponibilizado no portal do TCU.

<i>Créditos por Dano ao Patrimônio</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	176.356.819	175.104.401	1%	99%
Pagamentos Indevidos	124.922	124.922	0%	0%
Crédito a Receber por Fraudes em Benefícios	1.132.440	1.132.440	0%	1%
Débito de Terceiros em Prestação de Serviços	973.792	973.792	0%	1%
Créditos de Servidor	151.330	151.330	0%	0%
Subtotal	178.739.303	177.486.885	1%	100%
(-) Ajuste para Perdas	- 177.447.739	- 177.447.739	0%	-99%
Total	1.291.564	39.146	3199%	1%

Fonte: Siafi

A atualização dos valores já contabilizados é realizada uma vez a cada exercício, no mês de dezembro.

3 - Imobilizado

O Imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

No último trimestre de 2023, houve a transferência do imobilizado que antes estava registrado contabilmente no FAT para o ministério do trabalho administração direta, tal ação foi efetuada por recomendação da CGU (Controladoria Geral da União) que em 2021 emitiu para o FAT (Fundo de amparo ao trabalhador) o relatório de Avaliação nº 899784. Por esse motivo, na tabela abaixo não aparece o saldo de imobilizado do FAT.

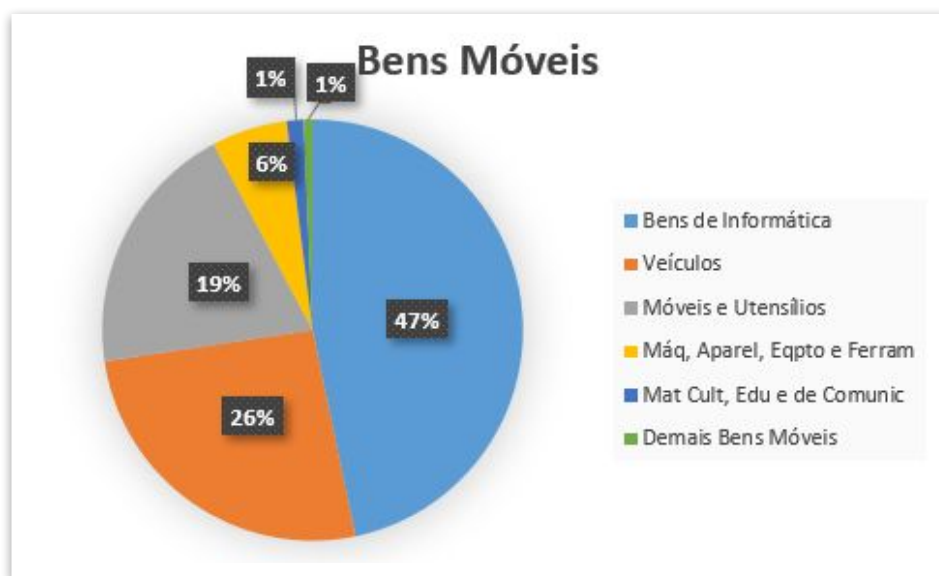
<i>Imobilizado</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
ÓRGÃO	456.170.829	450.595.356	1%	87%
FUNDACENTRO	66.722.413	66.340.307	1%	13%
Total	522.893.242	516.935.663	1%	100%

3.1 Bens Móveis

Os bens móveis do MTE estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais existe a recomendação de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

<i>Bens Móveis</i>	<i>Bens de Informática</i>	<i>Veículos</i>	<i>Móveis e Utensílios</i>	<i>Máq, Aparel, Eqpto e Ferram</i>	<i>Mat Cult, Edu e de Comunic</i>	<i>Demais Bens Móveis</i>	<i>Total</i>
Custo							
Saldo Inicial	117.019.941	67.627.287	50.068.933	15.151.538	3.327.496	1.804.034	254.999.229
Adição	5.078.690	581.698	1.185.421	56.836	10.081	-	6.912.726
Baixa	- 117.834	- 432.717	- 109.868	- 2.960	- 865	-	- 664.245
Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	- 192.902	- 39.025	- 12.643	- 400	- 0	- 244.970
Saldo Final	121.980.796	67.583.365	51.105.460	15.192.770	3.336.313	1.804.034	261.002.739
(-) Depreciação							
Saldo Inicial	- 13.669.345	- 6.295.190	- 7.805.670	- 2.506.735	- 605.577	- 166.202	- 31.048.718
Depreciação	- 492.905	- 142.247	- 84.787	- 10.934	- 4.012	- 245	- 735.131
Baixa	1.127.106	869.685	50.287	431.823	74	233	2.479.207
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Redução ao valor recup de imobilizado-m	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	- 13.035.144	- 5.567.752	- 7.840.171	- 2.085.846	- 609.515	- 166.214	- 29.304.643
Saldo em 31/12/2023	103.350.596	61.332.097	42.263.262	12.644.803	2.721.919	1.637.832	223.950.510
Saldo em 31/03/2024	108.945.652	62.015.613	43.265.290	13.106.924	2.726.797	1.637.820	231.698.097

Fonte: Siafi



Fonte: Siafi

Os valores constantes neste gráfico não contêm os ajustes referentes a depreciação/amortização/redução ao valor recuperável.

Cabe destacar que nem todos os bens do MTE estão registrados no SIADS e algumas unidades gestoras realizam a depreciação dos bens móveis, utilizando-se de sistemas patrimoniais não institucionalizados, pelo método das cotas constantes, com base na tabela de vida útil e de valor residual constante na Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão.

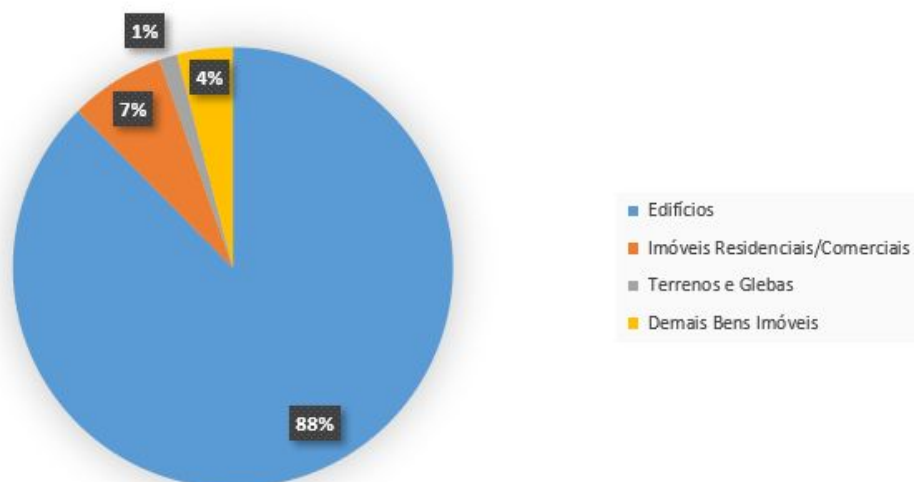
3.2 Bens Imóveis

Os bens imóveis do MTP estão distribuídos nas Superintendências Regionais e cada Superintendência possui autonomia administrativa. Para o efetivo controle dos bens existe a recomendação de utilização do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

<i>Bens Imóveis</i>	<i>Imóveis</i>				<i>Total</i>
	<i>Edifícios</i>	<i>Residenciais/Comerciais</i>	<i>Terrenos e Glebas</i>	<i>Demais Bens Imóveis</i>	
Custo					
Saldo Inicial	199.355.047	15.716.896	2.977.586	10.655.458	228.704.987
Adição	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transferência	- 2.782.447	-	-	760.813	- 2.021.634
Saldo Final	196.572.600	15.716.896	2.977.586	11.416.271	226.683.354
(-) Depreciação					
Saldo Inicial	-	-	-	2.060.142	2.060.142
Depreciação	-	-	-	150.480	150.480
Baixa	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	-	-	2.210.621	2.210.621
Saldo em 31/12/2023	199.355.047	15.716.896	2.977.586	8.595.316	226.644.846
Saldo em 31/03/2024	196.572.600	15.716.896	2.977.586	9.205.650	224.472.732

Fonte: Siafi

Bens Imóveis



4 – Intangível

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

<i>Intangível</i>	<i>Softwares</i>	<i>Softwares em Fase de Desenvolvimento</i>	<i>Total</i>
Vida Útil Definida			
Saldo Inicial	52.300.537	163.586	52.464.122
Adição	1.433.501	-	1.433.501
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	53.734.037	163.586	53.897.623
Vida Útil Indefinida			
Saldo Inicial	20.759.134	29.618.082	50.377.217
Adição	-	-	-
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	20.759.134	29.618.082	50.377.217
(-) Amortização			
Saldo Inicial	-	-	-
Amortização	-	-	-
Baixa	-	-	-
Transferência	-	-	-
Saldo Final	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	73.059.671	29.781.668	102.841.339
Saldo em 31/03/2024	74.493.172	29.781.668	104.274.840

Fonte: Siafi

5 – Contas de Controle

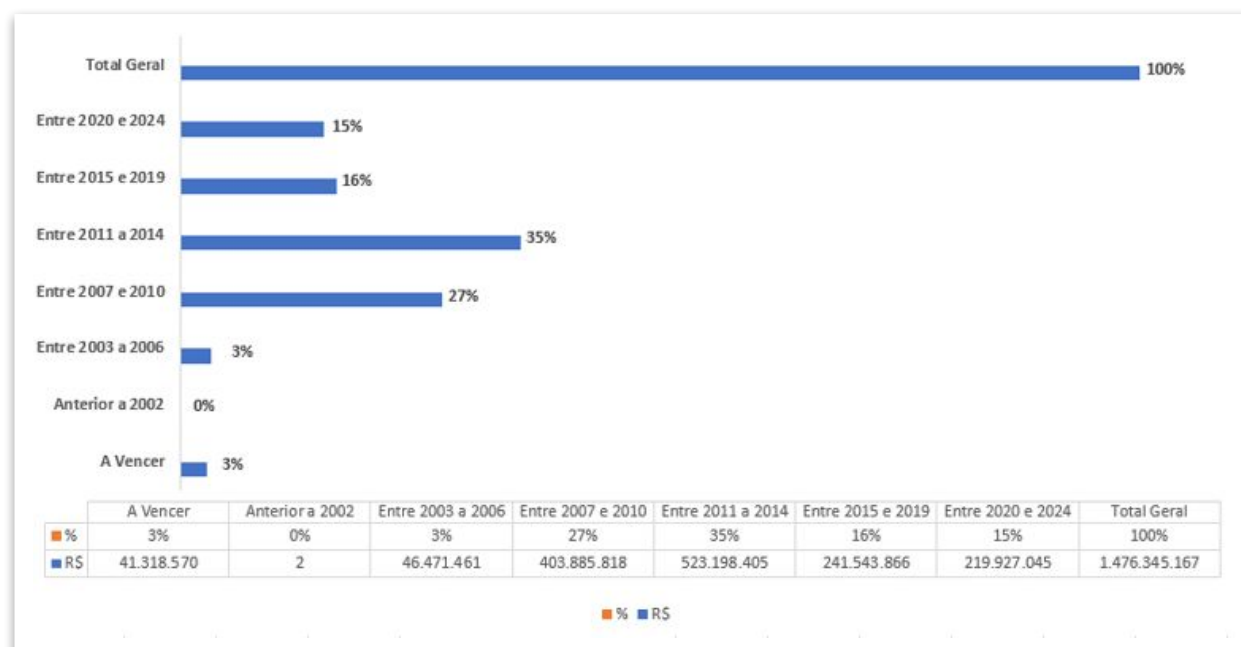
<i>Controle</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Execução dos Atos Potenciais				
Atos Potenciais Passivos				
Convênios e Instrumentos Congêneres	1.476.345.167	1.517.926.494	97%	
Contratos em Execução	1.226.139.280	1.281.157.947	96%	
Controle de Responsabilidade P/ Valores, títulos e Bens				
Responsabilidade de Terceiros	565.146	565.146	100%	
Responsabilidade com Terceiros	63.184	63.184	100%	
Diversos Responsáveis	491.910.363	469.835.230	105%	

Fonte: Siafi

5.1 - Convênios e Instrumentos Congêneres

Compreende a execução dos valores de convênios e outros instrumentos congêneres para saída de recursos firmado com outras entidades com a finalidade atingir objetivos comuns. Abaixo é apresentado o “estoque de prestação de contas” do MTE:

Estoque de Prestação de Contas de Convênios e Congêneres



Fonte: Siafi

5.2 Contratos em Execução

Compreende ao registro da execução dos valores de obrigações contratuais, quando a administração pública participa como contratante.

<u>Contratos de serviços em Execução</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>AH%</u>	<u>AV%</u>
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	984.037.955	1.002.804.546	-2%	81%
BANCO DO BRASIL SA	52.858.201	53.554.345	-1%	4%
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA - DA	30.615.673	67.772.375	-55%	3%
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	20.421.641	5.991.182	241%	2%
TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A	19.479.972	28.230.791	-31%	2%
LINUXELL INFORMATICA E SERVICOS LTDA	17.905.726	17.905.726	0%	1%
G&E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	13.745.367	14.492.919	-5%	1%
STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	12.575.155	13.854.257	-9%	1%
DF TURISMO E EVENTOS LTDA	10.867.911	12.631.449	-14%	1%
SOLUCAO SERVICOS COMERCIO E CONSTRUCAO EIRELI	8.137.093	10.558.844	-23%	1%
SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT	5.448.000	5.448.000	0%	0%
EUROSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	4.078.241	5.367.525	-24%	0%
BARCELO EVENTOS LTDA	3.927.997	3.947.145	0%	0%
SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA	3.385.848	3.385.848	0%	0%
TRDT BRASIL TECNOLOGIA LTDA	3.083.946	4.767.840	-35%	0%
IVORY IT SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI	2.987.876	3.033.694	-2%	0%
G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	2.280.309	313.355	628%	0%
CONSTRUMATOS CONSTRUOES E TERRAPLANAGEM LTDA	2.164.732	2.798.550	-23%	0%
ALGAR TI CONSULTORIA S/A	2.057.579	2.057.579	0%	0%
GREEN4T SOLUCOES TI SA	1.476.657	2.853.070	-48%	0%
RR GUILHERME AUTOMOVEIS LTDA	1.376.413	636.928	116%	0%
NARA VEICULOS LTDA	1.321.949	1.327.079	0%	0%
BS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA	1.300.559	1.416.210	-8%	0%
DIVERSOS	5.883.850	2.834.978	108%	0%
Total	1.211.418.650	1.267.984.234	-0	1

Fonte: Siafi

<u>Contratos de Fornecedores de Bens em Execução</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>AH%</u>	<u>AV%</u>
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	5.759.034	10.411.474	55%	84%
DENTECK LTDA	571.050	571.050	100%	8%
NARA VEICULOS LTDA	270.050	294.168	92%	4%
FORNECE COMERCIO & SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA	109.400	109.400	100%	2%
RR GUILHERME AUTOMOVEIS LTDA	79.363	4.245	1870%	1%
SARKAR TACTICAL BRASIL LTDA	48.000	48.000	100%	1%
ROTA 406 COMBUSTIVEIS LTDA	19.416	19.649	99%	0%
MULTILASER INDUSTRIAL S.A.	12.971	12.971	100%	0%
Diversos	6.825	328.500	2%	0%
Total	6.876.110	11.799.457		

Fonte: Siafi

5.3 - Diversos Responsáveis

Esse grupo de contas registra as responsabilidades apuradas decorrentes de atos praticados por gestores, servidores ou terceiros que possam resultar em prejuízos para a fazenda nacional. Representa os valores cujo processo de tomada de contas especial foi encerrado, porém não apreciados e julgados pelo TCU.

<i>Diversos Responsáveis</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Falta ou Irregularidade de Comprovação	468.211.038,02	251.262.411	86%	100%
Pagamentos Indevidos	1.564.074,07	1.564.074	0%	0%
Desfalques ou Desvios	-	62.241,17	-100%	0%
Responsáveis Por Danos Ou Perdas	60.117,69	60.118	0%	0%
Outros	0,00	-	0%	0%
Total	469.835.230	252.948.844	86%	100%

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado no 1º trimestre de 2024 foi **deficitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

<i>Resultado Patrimonial do Período</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Varição Patrimonial Aumentativa	26.078.020.230	117.478.053.004	-78%	-79785%
Varição Patrimonial Diminutiva	- 26.110.705.800	- 117.394.075.377	-78%	79885%
Total	- 32.685.569	83.977.626	-139%	100%

Fonte: Siafi

6.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MTE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

6.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MTE, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

6.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

<i>Desempenho Financeiro</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras				
Juros e Encargos de Mora	20.835.241	106	19691083%	99,89%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	22.534	42.605	-47%	80,80%
	20.857.775	42.711	48735%	74794,01%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras				
Juros e Encargos de Mora	-	-	0%	0,00%
Outras Variações Patrimoniais	27.887	-		
	27.887	-	100%	100,00%
Total	20.829.888	42.711	48669%	74894,01%

Fonte: Siafi

6.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

<i>Desempenho Não Financeiro</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Aumentativa				
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.724.319	12.260.212	-86%	1%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	-	-	0%	0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	157.377.947	41.463.409	280%	59%
	159.102.266	53.723.621	196%	59%
Diminutiva				
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.955.714	7.647.856	-74%	1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	229.434.115	241.268.880	-5%	85%
Transferências e Delegações Líquidas	341.465.219	886.967.410	-62%	-127%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	198.389	10.478.672	-98%	0%
Tributárias	80.507	59.747	35%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.980	10.379	-42%	0%
	109.790.514	627.501.875	-83%	-41%
Total	268.892.780	681.225.497	-61%	18%

Fonte: Siafi

6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MTE, não alteram o Patrimônio Líquido do fundo.

<i>Variação Patrimonial</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
Aumentativa		
Contribuições	3.795	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	20.857.775	42.711
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.724.319	12.260.212
Transferências e Delegações Líquidas	341.465.219	886.967.410
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	157.377.947	41.463.409
	521.429.055	940.733.742
Diminutiva		
Pessoal e Encargos	322.412.032	597.290.581
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.955.714	7.647.856
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	229.434.115	241.268.880
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	27.887	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	198.389	10.478.672
Tributárias	80.507	59.747
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.980	10.379
	554.114.624	856.756.116
Total	- 32.685.569	83.977.626

Fonte: Siafi

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Recebidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Os valores das Transferências e Delegações estão relacionados majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG’s do MTE. Essa rubrica está segregada da seguinte forma:

<i>Transferências e Delegações</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Transferências e Delegações Recebidas				
Sub-Repasse Recebido	677.708.342	741.883.873	-9%	3%
Cota Recebida	24.848.868.646	82.274.793.555	-70%	96%
Demais Transf. e Delegações Recebidas	33.850.124	44.308.606	-24%	0%
Transferências Recebidas para Pgto. de RP	329.319.455	34.360.231.333	-99%	1%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	8.309.829	3.069.305	171%	0%
	25.898.056.395	117.424.286.671	-78%	100%
Transferências e Delegações Concedidas				
Sub-Repasse Concedido	677.708.342	742.098.873	-9%	3%
Movimentações de Saldos Patrimoniais	173.893.227	9.518.607	1727%	1%
Transferências Concedidas para Pgto. de RP	303.145.177	34.278.276.307	-99%	1%
Repasse Concedido	24.384.923.278	81.498.302.729	-70%	95%
Demais Transf. e Delegações Concedidas	295.540	6.176.915	-95%	0%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	16.625.611	2.945.830	464%	0%
	25.556.591.175	116.537.319.261	-78%	100%
Total	51.454.647.570	233.961.605.933	-78%	100%

Fonte: Siafi

A) Transferências e Delegações Recebidas

- I. Cota Recebida: Registra o valor dos recursos recebidos pela administração direta decorrentes da programação financeira correspondente ao orçamento anual.
- II. Sub-repasse Recebido: Registra o valor dos sub-repasses recebidos no exercício, decorrentes de transferências entre UG’s do mesmo órgão, correspondente ao orçamento anual.
- III. Transferências Recebidas para Pagamento de RP: Registra os valores recebidos para o pagamento de Restos a Pagar.

B) Transferências e Delegações Concedidas

- I. Repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor dos recursos concedidos a título de transferências financeiras entre órgãos diferentes da administração direta ou indireta, correspondentes ao orçamento anual.
- II. Movimentações de Saldos Patrimoniais: Registra os bens e valores concedidos decorrentes de transferências para outra UG.
- III. Sub-repasse Concedido: Registra a variação patrimonial diminutiva relativa ao valor total dos sub-repasses concedidos por transferências financeiras entre UG de um mesmo órgão.

IV. Transferências Concedidas para Pagamento de RP: Registra os valores das ordens de transferências concedidas para o pagamento de RP.

Cabe destacar que as Demonstrações Contábeis extraídas do SIAFI não dispõem de parametrização para identificar e excluir, de forma sistematizada, as transações realizadas entre unidades no âmbito do MTE. Da forma como a DVP é originalmente extraída, as informações produzidas não refletem de modo adequado a realidade, podendo distorcer o entendimento quanto às referidas transações do fundo.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

7.1 Conciliação: Balanço Orçamentário x Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em atenção ao padrão de apresentação de informações do Balanço Orçamentário - BO constante no item 2.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresenta-se a seguir a conciliação do BO com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
DFC Atividades Operacionais - Ingressos	Remuneração das Disponibilidades	22.515	41.931
	Transferências Recebidas	-	-
	Subtotal	22.515	41.931
Balanço Orçamento - Receitas Correntes	Receita Patrimonial	22.515	269.977
	Transferências Correntes	-	-
	Subtotal	22.515	269.977
Diferença		-	228.045
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
DFC Atividades Operacionais - Desembolsos	Trabalho	311.884.563	537.468.403
	Demais Despesas	175.809.855	247.079.719
	Transferências Concedidas	61.737.482	88.819.172
	Subtotal	549.431.900	873.367.293
DFC Atividades Investimento - Desembolsos	Aquisição de Ativo Não Circulante	1.805.244	2.122.730
	Outros Desembolsos de Investimentos	112.396	1.174.806
	Subtotal	1.917.640	3.297.536
Balanço Orçamento - Despesas Correntes	Despesas Correntes	547.593.821	6.290.005.023
	Subtotal	547.593.821	6.290.005.023
Balanço Orçamento - Despesas Capital	Outras Despesas Correntes	3.741.269	10.015.667
	Subtotal	3.741.269	10.015.667
		14.450	- 5.423.355.861

Fonte: Siafi

7.2 Restos a Pagar

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme descrição abaixo:

<i>Restos a Pagar</i>	<i>Inscritos e</i>		<i>Pagos</i>	<i>A Pagar</i>
	<i>Reinscritos</i>	<i>Cancelados</i>		
Não Processados	549.863.474	8.224.345	33.941.259	507.697.870
Processados	114.405.774	9.162	114.064.189	332.423
Total	664.269.248	8.233.507	148.005.447	508.030.294

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Não Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Não Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Liquidados</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes						
Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho	410.540	2.002.166	576.805	558.450	3.655	1.850.601
AUXILIO EXTRAORDINARIO DESTINADO A PESCADORES E PESCADORAS	-	28.346.640	-	-	-	28.346.640
AUXILIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE ATUAM NAS AREAS DE EMPRE	-	400.000	400.000	400.000	-	-
GESTAO DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE	-	84.686	4.249	4.249	-	80.436
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALH	-	15.011.824	408.163	408.163	-	14.603.661
QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	-	440.340	10.928	10.928	-	429.412
FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA	-	102.767	-	-	-	102.767
GESTAO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT	-	16.449	6.553	6.553	-	9.896
Administração da Unidade	36.176.468	29.565.048	16.034.895	8.383.258	4.301.810	44.282.688
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Seg.	220	10.361.796	3.105.291	989.696	-	9.372.320
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	115.852.122	-	-	-	-	115.852.122
Desenvolvimento, Sustentabilidade e Fomento dos Regimes de P	-	350.848	2.876	1.755	-	328.033
Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	-	797.435	-	-	497.399	300.035
Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho	21.664.298	44.760.022	37.713.343	9.221.205	199	57.036.172
Remuneração de Agentes Financeiros	7.036.797	2.379.894	906.661	906.420	-	8.510.271
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS TRANSPORTADORES AUTONOMOS DE C.	102.027.301	-	-	-	-	102.027.301
PAGAMENTO DE AUXILIO AOS MOTORISTAS DE TAXI (EMENDA CONSTI	96.899.637	-	-	-	-	96.899.637
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPF	519.101	430.764	241.830	241.830	708.035	-
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.192.919	2.236.132	1.091.500	1.091.500	2.337.551	-
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	223.419	143.713	132.524	132.524	234.609	-
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	-	1.000.704	627.969	626.804	65.248	308.652
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL - INSTITUTO AERUS DE SEGURI	-	-	-	-	-	-
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIV	592.900	36.541.249	11.279.915	10.954.074	75.839	26.104.237
RECONHECIMENTO DE DIREITOS DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	97.399	299.439	34.783	3.850	-	392.988
FOMENTO PARA A ORGANIZACAO E O DESENVOLVIMENTO DE EMPREE	860.000	-	-	-	-	860.000
	383.553.122	175.271.917	72.578.285	33.941.259	8.224.345	507.697.870
Total	383.553.122	175.271.917	72.578.285	33.941.259	8.224.345	507.697.870

Fonte: Siafi

A tabela a seguir apresenta os Restos a Pagar Processados detalhados por Ação de Governo:

<i>Restos a Pagar Processados</i>	<i>Reinscritos</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Pagos</i>	<i>Cancelados</i>	<i>Saldo</i>
Outras Despesas Correntes					
Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança	-	7.867	682	7.172	14
ESTUDOS, PESQUISAS E GERACAO DE INFORMACOES SOBRE TRABALHO,	-	612.245	612.245	-	-
FOMENTO E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDARIA, ASSOCIATIVIS	-	250.000	250.000	-	-
FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS	-	16.489	15.128	1.361	-
Ativos Cíveis da União	97.682	102.506.143	102.276.300	629	326.896
INDENIZACAO A SERVIDORES EM EXERCICIO EM LOCALIDADES DE FRON	-	132.360	132.360	-	-
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIAO	-	374.285	374.285	-	-
ADMINISTRACAO DA UNIDADE	-	260.078	259.072	-	1.006
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	-	525.649	525.649	-	-
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	-	3.958.166	3.958.166	-	-
GESTAO DAS POLITICAS DE PREVIDENCIA E TRABALHO	-	4.761	254	-	4.508
Total	97.682	114.322.542	114.078.639	9.162	332.423

Fonte: Siafi

7.3 Execução Orçamentária

Ação	Dotação Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidado	Despesas Pagas
0A26 - Concessão de Auxílio-Financeiro	5.974.006	-	-	-
00N2 - Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	-	150.173.628	150.173.628	150.173.628
00OM - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	1.992.900	800.000	469.412	332.048
00S6 - Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	260.000	-	-	-
0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	1.961.606	-	-	-
2A95 - Qualificação Social e Profissional – Projovem Trabalhador	7.568.310	-	-	-
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	235.905.878	80.305.993	53.453.927	40.118.364
20TP - Ativos Civis da União	1.088.386.230	515.400.959	323.422.981	243.981.646
20YU - Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	30.253.283	23.629.475	5.430.873	3.623.396
20YV - Democratização das Relações de Trabalho	851.505	100.000	6.335	3.120
21AX - Gestão das Políticas de Trabalho	39.302.271	12.968.666	11.455.121	11.335.830
21AZ - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	151.170.231	2.215.898	-	-
21BW - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União	61.096.548	61.096.548	21.488.791	16.100.566
21BX - Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União	69.761.976	34.000.000	22.665.000	16.999.500
162G - Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil	6.257.552	4.607.111	-	-
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	1.554.476.866	1.554.444.089	846.398.987	635.118.267
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	49.075.942	24.840.913	16.262.289	12.452.965
215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	41.162.209	847.868	333.956	261.849
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1.739.703	600.000	409.225	309.935
0643 - Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001)	52.423.171	-	-	-
2000 - Administração da Unidade	106.302.765	45.180.601	10.880.851	5.663.808
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	17.558.287	8.031.590	5.551.083	4.942.127
4815 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas	99.924.067	27.802.946	20.834.307	19.361.891
Total Geral	3.623.405.306	2.547.046.285	1.489.236.765	1.160.778.940

Fonte: Siop

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

8 - Geração Líquida de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o MTE obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro.

<i>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>	<i>AV%</i>
Atividades Operacionais	- 195.237.668	24.012.853	-913%	99%
Atividades de Investimento	- 1.917.640	- 3.297.536	-42%	1%
Total	- 197.155.308	20.715.317	-1052%	100%

Fonte: Siafi

8.1. Atividades Operacionais

A variação observada no grupo de Atividade Operacionais decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG's e Órgãos do MTE.

8.2 Conciliação: Demonstração dos Fluxos de Caixa x Caixa e Equivalentes de Caixa

Em atenção a regulamentação da divulgação de informações da Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC, constante no item 6.3 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, apresentamos a seguir a conciliação do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
Fluxos de Caixa	Saldo Inicial	155.528.756	165.007.161
	Atividades Operacionais	- 195.237.668	24.012.853
	Atividades de Investimento	- 1.917.640	- 3.297.536
	Atividades de Financiamento	-	-
	Subtotal	- 41.626.551	185.722.478
<i>Demonstrativo</i>	<i>Detalhamento</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa	128.972.666	154.700.668
	Bancos	850.758	828.088
	Subtotal	129.823.424	155.528.756

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

9 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do MTE e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

<i>Resultado Financeiro</i>	<i>31/03/2024</i>	<i>31/03/2023</i>	<i>AH%</i>
Receita Orçamentária	171.475.147	41.931	408842%
Despesa Orçamentária	- 925.458.306	- 1.542.979.363	-40%
Resultado Orçamentário	- 753.983.159	- 1.542.937.432	-51%
Transferências Financeiras Recebidas	25.889.746.566	117.421.217.367	-78%
Transferências Financeiras Concedidas	- 25.539.965.565	- 116.534.373.431	-78%
Transferências Financeiras Líquidas	349.781.001	886.843.935	-61%
Recebimentos Extraorçamentários	530.961.112	918.016.567	-42%
Pagamentos Extraorçamentários	- 152.464.287	- 241.207.753	-37%
Resultado Extraorçamentários	378.496.825	676.808.814	-44%
Resultado Financeiro do Exercício	- 25.705.332	20.715.317	-224%
Geração Líquida de Caixa	- 197.155.308	20.715.317	-1052%

Fonte: Siafi

9.1 Receitas e Despesas Orçamentárias

A variação nas despesas orçamentárias decorre do pagamento de despesas com a Previdência Social e Trabalho.

9.2 Transferências Financeiras – Recebidas e Concedidas

A variação observada nesse grupo decorre dos valores das Transferências e Delegações relacionadas majoritariamente as movimentações financeiras efetuadas entre UG's do MTP e Órgão, para maiores detalhes vide Nota 8.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais – Ajustada.

9.3 Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários

A variação observada nesse grupo decorre do aumento da inscrição de restos a pagar e dos pagamentos referentes a restos a pagar.

10 - RISCOS FINANCEITOS DO MTE

Segundo o MCASP (Manual de contabilidade aplicada ao Setor Público) no item 17.1. Define que:

- Passivo Contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou
- b. Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
- É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou
 - Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Foi criada pela Portaria DAL nº 16 de 26 de abril de 2019 a força tarefa designada ao acompanhamento do contrato firmado entre a DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência, que presta serviços especializados de solução de tecnologia de informação e Comunicação (TIC), relativos a sistemas informatizados para operacionalização de ações de Amparo ao Trabalhador (FAT) que dizem respeito ao programa de Seguro desemprego, abono salarial, sistemas de identificação Profissional (SIP), programas de educação profissional e tecnológica, programas de geração de emprego e renda e gestão do próprio fundo.

Em resultado deste trabalho evidenciaram-se, à época, obrigações relativas a esta contratação, apresentando-se valores diversos, controversos, àqueles sobre os quais resta discordância, através da análise da cobrança de determinados títulos em aberto, e encargos com a empresa DATAPREV. Na ocasião, foram evidenciados existentes saldos de obrigações irresolutas, e desde a cisão ocorrida no início de 2021 com o extinto Ministério da Economia, perdura o desenlace da mensuração do montante, cuja incerteza até a publicação deste, impossibilita o registro e/ou a divulgação das possíveis obrigações contingentes nas contas de controle deste Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo ainda com o Pronunciamento Técnico CPC 25, visto que se trata de uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de eventos futuros incertos, com provável possibilidade de saída de recursos, cujo passivo não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade, e que existe a capacidade de estimativa de valor atualizado, classificou-se o mesmo como passivo contingente na forma de evidenciação na presente nota explicativa.

11 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de março de 2024 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis do primeiro trimestre, encerradas em 31 de março de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, do 1º Trimestre do exercício de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

Declaração Com Ressalva Órgão 40.000 – Ministério do Trabalho e Emprego – Administração Direta

Ressalvas:

- a) Ausência do registro de depreciação dos bens móveis, motivo pelo qual aplicamos a restrição contábil 642 – Falta/Registro incompatível depreciação, amortização.
- b) Ausência de registro de amortização de software, motivo pelo qual foi emitida a restrição contábil 643 – Falta/evolução incompatível com amortização de ativo intangível.
- c) Saldos alongados e/ou incompatíveis nas contas de controle de convênios a comprovar e/ou a aprovar, motivo pelo qual aplicamos as restrições 656 – Convênios a comprovar com data expirada e a 657 – Convênios a aprovar com data expirada.

Justificativas para permanência das restrições contábeis no 1º Trimestre do exercício de 2024:

Órgão/Unidades Gestoras comunicadas, e o mesmo vem buscando atender gradualmente as orientações, sem solução tempestiva.